

**Comissão Permanente de Segurança<sup>1</sup>**  
**Ata de Reunião**

**Data:** 06/04/2016

**Local:** Sala 506-B (Prédio-Sede)

**Presenças:**

Desembargador **Gilberto Souza dos Santos** (Coordenador);

Juíza **Andréa Saint Pastous Nocchi**, Juíza Auxiliar da Presidência;

Juiz **Rodrigo Machado Jahn**, Juiz do Trabalho Substituto;

**João Luiz Peixoto da Silva**, Coordenador da Coordenadoria de Segurança Institucional.

Pela SECOM: **Gabriel Pereira Borges Fortes Neto**.

**Secretária:** Maria Augusta K. Arnold (AGE)

Hora de início: 10h30min

Hora de término: 12h10min

---

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, ocorreu reunião ordinária da Comissão Permanente de Segurança, com as presenças supranominadas. A reunião foi coordenada pelo Excelentíssimo Desembargador Gilberto Souza dos Santos, conforme relato que segue:

Inicialmente, Des. Gilberto pediu que Peixoto relatasse o trabalho da Comissão até o momento, considerando ser o único membro a ter participado da formação anterior.

Peixoto deu início ao relato das ações da Comissão até o momento, enfatizando que o trabalho mais significativo se deu em torno da elaboração do Plano de Proteção e Assistência aos Magistrados em Situação de Risco, já provado pela Comissão anterior e encaminhado à Presidência. No momento, o PA, que tramita em sigilo, está com a Diretoria-Geral. **Dra. Andréa pediu que o PA que trata do Plano seja disponibilizado aos membros da Comissão.** Peixoto falou, também, da pesquisa do CNJ, em andamento, para diagnóstico da situação de segurança de todo o judiciário federal, a partir da qual algumas medidas-padrão serão tomadas. Dra. Andréa comentou que esse é um procedimento normal pela troca de gestores. Salientou que, normalmente, as ações propostas de forma padronizada não funcionam devido às peculiaridades de cada região. Peixoto esclareceu que, a princípio, serão padronizados uniforme, organograma ideal, forma de atuação, segurança terceirizada, uso de portais detectores. Referiu que o TRT4 está na vanguarda da segurança tecnológica, por ações de iniciativa do próprio Tribunal. Peixoto comentou que, atualmente, se um juiz é ameaçado, a Polícia Federal é comunicada e que, na medida do possível, atende a demanda. A proposta é que um grupo de agentes seja treinado, sem custo, para atender a esse tipo de chamado. Existem 189 agentes no Estado. Os

---

1 Os e-mails para contato com os integrantes da Comissão estão listados ao final da ata.

agentes deste grupo especial que seria formado continuariam exercendo as mesmas atividades atuais e atuariam quando acionados pela Comissão, nas situações de risco. O Tribunal conta, ainda, com 210 vigilantes terceirizados, alguns com arma de fogo dentro dos Foros. O Setor de Inteligência monitora esse trabalho. Peixoto ponderou não ser necessário o uso de arma de fogo nas dependências do Tribunal e Foros, podendo ser substituídas por armas não letais, os *tasers*. A proposta do Tribunal é conservadora. Des. Gilberto pediu que, primeiramente, seja apresentado o que é feito atualmente em termos de segurança, antes que o plano seja estudado. Dra. Andréa, a pedido da Des. Beatriz, informou que a AMATRA retornará a indicar representante para as ações institucionais em que prevista sua atuação. A Comissão Permanente de Segurança é uma delas e em breve será indicado o representante. Dra. Andréa recebeu, também, **solicitação da Diretora do Foro, Juíza Eny Ondina Costa da Silva, para sua inclusão como membro desta Comissão**. Dra. Andréa relatou que a Des. Beatriz considerou interessante a proposição. **O pedido foi APROVADO pela Comissão**. Em função dos dois episódios que aconteceram recentemente no Brasil – invasão no Foro Regional de Butantã e um outro caso de ameaça direta a juiz - os magistrados retomaram a discussão acerca da segurança. Dra. Andréa considera importante que a Comissão, além de retomar a questão do Plano, avalie a questão dos agentes de segurança que trabalham em atividades diversas. Ponderou que alguns foros do interior têm queixas sobre a sensação de insegurança, entretanto possuem agentes de segurança em desvio de função, situação que deve ser revista, por incompatível. Sugeriu que todos os agentes de segurança atuem na sua função. Neste caso, se o diretor do foro optar por não adotar esta prática, será uma questão particular daquela unidade. Salientou que os agentes deveriam ser motivados a atuarem como tal, com treinamentos. Especialmente no interior, ficam desestimulados pelo pouco movimento. Peixoto falou da possibilidade de ser elaborado um plano de segurança específico para o interior. Relatou que, uma vez ao ano, a Segurança visita todas as unidades do interior, entretanto, os agentes estão subordinados a cada unidade ou foro. Falou, também, que, atualmente, o principal risco, em termos de segurança, é de um ataque surpresa, por descontrole da parte, por exemplo, e muitos foros estão com seus agentes na parte externa, cuidando do estacionamento. No Foro de Porto Alegre, no ano passado, foram apreendidas quase 500 armas, entre soqueiras, facas, armas de fogo, sendo evitado seu ingresso nas dependências da Justiça do Trabalho. Há uma Portaria da Presidência que define o procedimento nestas situações (Portaria 8.305/2015). Em Porto Alegre, todas as ocorrências são registradas em relatórios. Não há registro das ocorrências no interior. Peixoto salientou que todos os foros têm detectores de metal, exceto o de Passo Fundo, devido à mudança para um prédio multiuso, onde cada vara está instalada em um andar, tornando inviável a instalação dos detectores. **Peixoto informou que visitará Passo Fundo na próxima semana.**

Dra. Andréa referiu que Dra. Ana Júlia, de Caxias do Sul, pediu a elaboração de um plano de segurança. **Peixoto comentou que visitará Caxias do Sul, também. Dra. Andréa sugeriu que o Foro de Bento Gonçalves seja visitado na mesma ocasião.** Ressaltou a importância das visitas ao interior, no intuito de levantar informações sobre os procedimentos de segurança atuais e, especialmente, para que os

magistrados e servidores percebam a preocupação da Administração atual com o tema.

**Dra. Andréa falou da necessidade de elaboração de um plano geral de segurança e pediu que a SECOM prepare matéria sobre as armas apreendidas e a importância e eficácia no controle de ingresso às dependências da Justiça do Trabalho. Peixoto comentou que a matéria poderia abordar, também, a nova sala de monitoramento.**

Peixoto referiu que em Porto Alegre ocorre o monitoramento dos alarmes de todos os foros.

Dra. Andréa relatou o recebimento de um e-mail de magistrado questionando o fato de existirem papéis de propaganda nos carros estacionados nas dependências da JT. O magistrado informou que o segurança procurado na ocasião explicou não ser possível controlar o ingresso das pessoas ao prédio por ser público. **Peixoto afirmou não ter recebido relatório sobre o ocorrido e tomará providências.** Dra. Andréa sugeriu colocação de câmeras de vigilância no estacionamento. Peixoto referiu que ontem esteve no prédio para verificação da iluminação noturna. Peixoto falou do pedido da Comissão anterior para melhoria do *layout* no acesso ao estacionamento.

Dra. Andréa trouxe, também, à Comissão, assunto relacionado à posição dos carros de valores, em frente ao Foro, e questionou se não seria mais conveniente que os carros-forte entrassem no estacionamento, de forma a evitar ação ostensiva na rua. **Peixoto argumentou que os incidentes ocorrem justamente no embarque e desembarque de valores, dessa forma o risco seria trazido para dentro do foro. É uma estratégia de segurança não permitir o ingresso. Dra. Andréa sugeriu que isso seja divulgado pela Direção do Foro.**

Peixoto montará proposta de plano mínimo de segurança institucional para o interior e apresentará na próxima reunião. Dra. Andréa ressaltou a importância dos seguranças circularem nos corredores, que sejam vistos por magistrados e servidores, para que seja transmitida sensação de segurança. **Dra. Andréa sugeriu que seja elaborado resumo de tudo que o Tribunal tem, em termos de segurança, para divulgação aos magistrados e servidores.** Gabriel ofereceu ajuda ao Peixoto na montagem do material. **Dra. Andréa pediu que Gabriel divulgue o material nas TVs dispostas ao público em geral e sugeriu reunião com agentes de Porto Alegre para que seja reiterado firmemente que a atual Administração está muito preocupada com a questão da segurança, apesar do corte orçamentário.** Dra. Andréa ponderou que a Comissão poderia avaliar com a Presidência a possibilidade de que todos os agentes de segurança sejam subordinados à Coordenadoria de Segurança. Peixoto argumentou que a existência de um plano já seria suficiente, porque o que falta é orientação padronizada. Des. Gilberto perguntou quanto tempo levaria para implementar esse plano. Peixoto alegou que na próxima reunião pode apresentá-lo e que, restando aprovado, em seis meses poderia estar implementado. **Dra. Andréa encaminhará sugestão para que Dra. Eny chame Peixoto para uma reunião com os juizes do Foro.** Peixoto informou que, sobre a questão da EPTC e as paradas para desembarque em frente ao Foro, será providenciada troca de placa indicativa, para que não seja permitida a parada, a fim de não prejudicar entrada e saída dos veículos. **Dra. Andréa propôs que a Desa. Beatriz officie a EPTC, reforçando a necessidade de alteração, bem como pedindo policiamento à Secretaria de Segurança**

**Pública, Brigada Militar e Governador, especialmente considerando recentes incidentes.** Gabriel falou de matéria em elaboração, de jornalista do Jornal do Comércio, sobre segurança nos Tribunais do RGS. Informou que o TRT4 deverá prestar informações até a próxima sexta-feira. Gabriel pedirá à jornalista que encaminhe por e-mail a demanda para, então, discutí-la com Peixoto.

Peixoto relatou a ocorrência de reciclagem anual para os agentes de segurança. Em 2015, pela primeira vez, ela ocorreu na modalidade à distância. Dra. Andréa questionou sobre o custo da modalidade presencial, ao que Peixoto referiu ser bastante alto. Esse ano será por EAD novamente, por força do corte orçamentário.

**Peixoto está pedindo que os agentes de Porto Alegre sejam treinados pessoalmente. Dra. Andréa pediu que Peixoto encaminhe o assunto à Administração.**

(Às 11h30min, ingressou o Juiz Rodrigo Machado Jahn, que estava em audiência).

Des. Gilberto e Dra. Andréa transmitiram ao Dr. Rodrigo o que foi tratado até o momento. Des. Gilberto referiu estar muito satisfeito com o engajamento da Administração, representada na Comissão pela Dra. Andréa.

Dr. Rodrigo, em relação ao desvio de função dos agentes de segurança, ponderou que se houver determinação da Presidência no sentido de que os agentes atuem como tal, os problemas porventura existentes serão pontuais e não mais generalizados.

Dr. Rodrigo falou, também, que identifica, no Foro de Porto Alegre, o problema de ser permitido o ingresso de pessoas pela lateral do prédio. Peixoto esclareceu que, ainda que seja vulnerável, é feito o monitoramento por câmeras. Dr. Rodrigo falou da ideia de implementação de um plano geral, com tratamento pontual das especificidades. Peixoto informou que existem poucos foros na JT sem agentes próprios e que há vigilantes em todos. O critério para determinação do número de agentes é o número de processos. A não existência de agentes em determinadas unidades se dá pela falta de cargos. Na tentativa de sanar o problema, a cada aposentadoria, por exemplo, é avaliado o número de agentes remanescentes no local para que seja verificada a necessidade de nomeação para reposição ou, sendo o caso, nomeação para localidade sem agente. **Dra. Andréa pediu levantamento da quantidade de agentes e vigilantes por foro.**

Dr. Rodrigo salientou que a questão da segurança passa muito pelo sentimento, pela questão da pessoa sentir-se segura. **Dr. Rodrigo sugeriu que seja divulgado o fato de não ter sido relatado nenhum incidente de abordagem direta a juiz ou a servidor à mão armada, justamente pela ação prévia dos agentes no ingresso ao prédio.** Peixoto falou do Serviço de Inteligência disponível, que é bastante utilizado e eficiente. **Em relação aos oficiais de justiça, Peixoto informou que teria condições de atender à demanda para consultas dos oficiais do interior, mas que o serviço é pouco utilizado por ser pouco divulgado. Dra. Andréa providenciará divulgação nesse sentido.**

**Próxima reunião dia 18 de maio, às 14h, na sala 506-B (a confirmar).** Reunião encerrada às 12h10min. Ata subscrita por mim, Maria Augusta K. Arnold, Assistente da AGE, e remetida eletronicamente aos presentes para validação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA

Nome	Endereço Eletrônico
Desembargador Gilberto Souza dos Santos, Desembargador - Coordenador	<a href="mailto:gilberto.santos@trt4.jus.br">gilberto.santos@trt4.jus.br</a>
Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Juíza Auxiliar da Presidência	<a href="mailto:juizaux_presidencia@trt4.jus.br">juizaux_presidencia@trt4.jus.br</a>
Juiz Rodrigo Machado Jahn, Juiz do Trabalho Substituto	<a href="mailto:mjahn@trt4.jus.br">mjahn@trt4.jus.br</a>
João Luiz Peixoto da Silva, Coordenador da Coordenadoria de Segurança Institucional	<a href="mailto:peixoto@trt4.jus.br">peixoto@trt4.jus.br</a>
AGE - Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais	<a href="mailto:age@trt4.jus.br">age@trt4.jus.br</a>